



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº ____/2025.

ALTERA O ARTIGO 11 DA LEI MUNICIPAL Nº 21.958, DE 18 DE SETEMBRO DE 2023, QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM/PA, ESTABELECE O SISTEMA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E DEFINE OS PARÂMETROS PARA ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.

O Prefeito Municipal de Santarém, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo 11 da Lei Municipal nº 21.958, de 18 de setembro de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11. Integram o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, no Município de Santarém/PA:

I - a Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, instância responsável pela indicação ao COMSEA – Santarém das diretrizes e prioridades da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, bem como pela avaliação do SISAN no âmbito do Município;

II - o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA Santarém, órgão vinculado à Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social;

III - a Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN Santarém, integrada pelas seguintes Secretarias Municipais, responsáveis pela consecução da Segurança Alimentar e Nutricional:

- a) Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social – SEMTRAS;
- b) Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca – SEMAP;
- c) Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA;
- d) Secretaria Municipal de Educação – SEMED;

IV - os órgãos e entidades governamentais de Segurança Alimentar e Nutricional do Município;

V - as instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, que manifestem interesse na adesão e que respeitem os critérios, princípios e diretrizes do SISAN, nos termos regulamentados pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN.”



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
GABINETE DO PREFEITO

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santarém, em 15 de abril de 2025.

JOSÉ MARIA TAPAJÓS
Prefeito Municipal de Santarém





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
GABINETE DO PREFEITO

JUSTIFICATIVA

Ref. ao Projeto de Lei nº /2025, que altera o Artigo 11 da Lei Municipal nº 21.958, de 18 de setembro de 2023, que dispõe sobre a Criação da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de Santarém/PA, estabelece o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional e define os Parâmetros para Elaboração e Implementação do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

Exmo. Sr. Presidente,

Exmo (a) s. Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras.

O presente Projeto de Lei visa promover adequação da Lei Municipal nº 21.958, de 18 de setembro de 2023, que institui a Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de Santarém/PA, às diretrizes estabelecidas no marco legal federal e estadual da Segurança Alimentar e Nutricional - SAN, especialmente à Lei Federal nº 11.346/2006 e à Lei Estadual nº 7.580/2011.

A alteração proposta no art. 11 da Lei Municipal tem por finalidade:

1. Ajustar a redação do inciso IV, restringindo-o à participação dos órgãos e entidades governamentais municipais diretamente vinculados à temática de Segurança Alimentar e Nutricional, de forma a garantir maior coerência organizacional e institucional no âmbito do SISAN local;

2. Inserir o inciso V, prevendo expressamente a possibilidade de adesão das instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, ao Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, desde que observem os critérios, princípios e diretrizes do SISAN, conforme regulamentação expedida pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN, em harmonia com o disposto nos arts. 11, inciso IV, e 19 da Lei nº 11.346/2006.

A inserção proposta visa assegurar a necessária articulação entre o Poder Público e a sociedade civil, respeitando os preceitos de intersetorialidade, descentralização e participação social previstos na legislação nacional e reafirmados no Decreto Federal nº 7.272/2010, que regulamenta a Política Nacional de SAN. Além disso, tal medida contribui para o fortalecimento institucional do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional do Município, ampliando a governança e os mecanismos de controle social sobre a política pública.

A compatibilização normativa é ainda reforçada pela competência suplementar do Município para legislar sobre assuntos de interesse local e para integrar os sistemas nacionais e estaduais, conforme disposto nos artigos 7º, incisos I e II, da Lei Orgânica do Município de Santarém, e nos termos do art. 30, incisos I e II da Constituição Federal.

Av. Dr. Anysio Chaves nº 853 – Jardim Santarém - CEP 68030-360 – Santarém/PA
E-mail: gap@santarem.pa.gov.br Fone (93) 2101-5114/5127





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
GABINETE DO PREFEITO

Ressalte-se, por fim, que esta proposta se reveste de relevante interesse público, sendo compatível com os princípios constitucionais da eficiência, da legalidade e da supremacia do interesse público na gestão da política alimentar, além de observar os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil quanto à garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada.

Diante da relevância da matéria e da necessidade de garantir a efetiva integração do Município de Santarém às normas e diretrizes nacionais e estaduais da política de SAN, nos termos do art. 33 da Lei Orgânica Municipal, requer-se que a tramitação do presente Projeto de Lei se dê em regime de urgência, para que sejam superadas eventuais omissões e se consolide o alinhamento normativo municipal ao arcabouço jurídico superior.

Nestes termos, submeto a presente proposição à elevada apreciação dos nobres Vereadores, confiando em sua aprovação.

Santarém, 15 de abril de 2025.

JOSÉ MARIA TAPAJÓS
Prefeito Municipal de Santarém

